

# Congresso pode retomar discussão sobre reforma tributária neste semestre

Taxas, impostos e contribuições consumiram R\$ 1,44 trilhão, mais de um terço do PIB em 2017. Senadores defendem simplificar o sistema e corrigir a tabela do IR, defasada em 95,4% até 2018

Reportagem: Aline Guedes  
 Edição: Maurício Müller

ENQUANTO A PREVIDÊNCIA Social foi, em 20 anos, objeto de duas grandes reformas e duas outras significativas alterações, com o argumento de que precisava ser racionalizada, o sistema tributário se tornou um bicho-papão incontrolável, segundo dez entre dez analistas, sem que nenhuma mudança sistêmica fosse promovida em várias décadas. O Congresso ensaia a retomada desse debate, possivelmente ainda neste semestre. Embora as críticas mais pesadas a impostos, contribuições e taxas partam dos empresários, a queixa em torno do peso dos tributos é geral.

Para se guiar pelo labirinto de 13 impostos e 3 contribuições que devem pagar e recolher, as empresas gastam dinheiro e tempo de suas atividades-fim para pagar contadores, auditores e advogados tributaristas. Isso acaba repercutindo negativamente na produtividade do país. Tornar a tributação mais racional, entretanto, é uma tarefa a exigir delicada costura política, dada a diversidade de interesses que são contrariados a cada peça que se tenta mover no tabuleiro. Afinal, os impostos custeiam as despesas e os investimentos públicos.

Nenhum setor admite perder

recursos sem a certeza de que será compensado. O modelo de repartição da arrecadação entre a União, os estados e os municípios ajuda a manter o impasse, o que explica as sucessivas tentativas de rediscutir o pacto federativo.

A grita em torno do peso da carga tributária — R\$ 1,44 trilhão, pouco mais de um terço do produto interno bruto (PIB) em 2017 — é antiga, mas uma tomada de consciência mais vigorosa tem como marco os protestos populares de 2013, durante os quais ficou claro o descontentamento com os resultados da aplicação dos impostos em relação aos serviços prestados pelo Estado.

## Bem-estar

A afirmação de que o Brasil arrecada muito e gasta mal tem sido expressa matematicamente, por meio do Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes), calculado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Em 2017, o Brasil ficou em 30º lugar na lista dos países avaliados, segundo uma equação que leva em conta a carga tributária e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que no caso era de 0,754.

Em posições melhores, há tanto países com carga tributária baixa, como a Irlanda e o Uruguai, quanto alta, como

a Alemanha e a Dinamarca. Diante da demora na solução global para o problema, sucessivos governos têm usado de expedientes pouco ortodoxos para equilibrar despesas e receitas, como a criação de tributos — a Cofins e a CPMF são dois exemplos — e o atraso na correção das tabelas de cálculo do imposto de renda.

Depois de vigorar por dez anos, a CPMF foi extinta pelo Congresso em 2007, mas a Cofins, juntamente com o PIS, dificulta a vida das empresas e acaba incidindo sobre o consumo, como se não bastasse o indecifrável ICMS (imposto de competência dos estados e do DF, incidente sobre operações de circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de comunicação e de transporte interestadual e intermunicipal), reforçando o caráter regressivo do sistema tributário no país. Num sistema progressivo, os mais ricos seriam, proporcionalmente, mais taxados. Quanto à tabela do IR, acumulava uma defasagem de 95,4% em 2018, se comparada à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde 1996. Assim, só está isento do imposto o contribuinte que ganhe até R\$ 1,9 mil por mês. Corrigida a tabela, a isenção passaria a vigor até o limite de R\$ 3,7 mil mensais.

Para sanar o que considera um aumento de tributação disfarçado, o senador Reguffe (sem partido-DF) apresentou o PLS 355/2015, que manda corrigir anualmente os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) pela variação anual do IPCA, mais 1% ao ano, até que se recupere a defasagem acumulada da tabela.

— Cobrei de todos os governos. O que foi dito na campanha? Que não pagaria Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil. E nada mudou — disse.

Mais recentemente, a bancada do PT no Senado apresentou projeto para acabar com o escalonamento das faixas de incidência da alíquota do IRPF e fixá-la em 27,5% para quem ganha acima de cinco salários mínimos. O PL 604/2019, que aguarda relatório na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), também estabelece a



Feijão e arroz são tributados em 18%, mas a média sobre alimentos é de 22,5%

cobrança de alíquota de 20% de imposto de renda sobre os dividendos, ou seja, parte do lucro de uma empresa que é distribuído entre os seus acionistas. Hoje, o acionista não paga qualquer Imposto de Renda sobre esse provento.

Senadores petistas consideram que a proposta não encerra a discussão sobre a atualização das faixas de cobrança do IR, necessária há anos. Há consenso sobre a isenção aos que ganham até cinco salários, mas não sobre a reestruturação de toda a tabela, até com a criação de faixas maiores que 27,5%. Há 32 anos no Congresso, Paulo Paim (PT-RS) reclama da falta de mudanças significativas na questão tributária:

— Houve remendos aqui e ali, mas esse tema jamais é enfrentado efetivamente, porque os poderosos do país não têm interesse. Como eles se dão bem com o sistema atual de tributação, somente falam, mas não deixam acontecer. Precisamos de uma ampla discussão no intuito, inclusive, de descentralizar o poder. Que seja uma tributação progressiva, onde os ricos paguem mais e os da classe média e abaixo paguem menos.

## Alimentação

O senador Plínio Valério (PSDB-AM) defendeu, em Plenário, a redução dos impostos incidentes sobre a comida. Plínio mencionou dados da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), segundo os quais o peso médio dos tributos sobre mantimentos no país chega a 22,5%, enquanto o padrão internacional fica em torno de 6,5% no preço final ao consumidor. No caso

dos enlatados, chega a 37,5%. Já sobre o arroz e o feijão, os tributos médios ficam em 18%.

— Trata-se de uma equação simples: menos impostos, como eu defendo, significam mais dinheiro no bolso, mais consumo, mais produção e mais emprego — exemplificou.

Para o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), a desigualdade social, um dos maiores males do Brasil, depende do combate aos privilégios de classe em matéria tributária, em parte responsáveis por colocar o país em 79º lugar na classificação da ONU quanto ao desenvolvimento humano, mesmo sendo a 8ª maior economia do mundo.

— Fala-se muito em reforma da Previdência, mas esquece-se da reforma tributária.

Jayme Campos (DEM-MT) também considera primordial que se vote a reforma tributária. Ele advoga a descentralização de parte da receita da União para os estados e municípios, cujos recursos não correspondem às responsabilidades e incumbências.

— Deve haver um novo pacto federativo, já que o governo federal concentra quase 64% de todo o bolo tributário nacional — afirmou.

## Índice de retorno de bem-estar à sociedade

País	Carga tributária/PIB (%)	IDH
1º Irlanda	23	0,923
2º Estados Unidos	26	0,920
6º Canadá	31,7	0,920
10º Uruguai	24,2	0,795
16º Alemanha	37,6	0,926
18º Argentina	32,1	0,827
21º Grécia	38,6	0,866
23º Dinamarca	43,9	0,925
27º Itália	42,3	0,895
30º BRASIL	34,1	0,754

Fonte: IBPT, dados de 2016

### Saiba Mais

**Projeto de Lei 604/2019**  
<http://bit.ly/PL604de2019>

**Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo**  
[www.impostometro.com.br](http://www.impostometro.com.br)

**Livro Reforma Tributária — Ipea-OAB/DF**  
<http://bit.ly/ReformaTributariaIpea>

**Projeto que corrige a tabela do IR**  
<http://bit.ly/PLS355de2015>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)